

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – A RELAÇÃO JURÍDICA DE FACTORING FUNCIONALIZADA PARA A PROPULSÃO EMPRESARIAL	21
1.1 Conceito e terminologia aplicada ao instituto.....	21
1.1.1 <i>Factoring</i> ou fomento mercantil?	22
1.1.2 A relação de <i>factoring</i> e algumas de suas consequências jurídicas	25
1.2 Sujeitos da relação jurídica de <i>factoring</i>	27
1.2.1 O faturizado	27
1.2.2 O faturizador.....	29
1.2.2.1 Faturizadora e agentes bancários	31
1.2.2.2 A empresa de <i>factoring</i> e as instituições financeiras.....	38
1.2.2.3 O devedor como sujeito aparente da relação de faturização	41
1.3 Relações jurídicas afins ao fomento mercantil.....	41
1.3.1 Desconto bancário	42
1.3.2 Mútuo civil.....	44
1.3.3 Contratos ilícitos com aparência de <i>factoring</i>	45
1.4 Sustentação legal da relação: Brasil e direito comparado...	48
CAPÍTULO 2 – O CONTRATO DE FACTORING, SEU OBJETO MULTIFACETÁRIO E A SUA FUNÇÃO SOCIOECONÔMICA	55
2.1 Contrato de <i>factoring</i> : noção	55
2.1.1 Contrato típico ou atípico?	55
2.1.2 Formação do contrato de <i>factoring</i>	60
2.1.3 Classificações gerais do contrato de fomento mercantil.....	68
2.1.4 Aplicação do Código de Defesa do Consumidor ao contrato de <i>factoring</i> e o controle judicial de abusos econômicos.....	76

2.2	O princípio da função social dos contratos.....	89
2.2.1	Breve noção do desenvolvimento do instituto como elemento de garantia da isonomia contratual substancial.....	93
2.2.2	O conceito indeterminado e a dogmática jurídica: questão de decidibilidade.....	96
2.2.3	O limite de contratar e a liberdade.....	104
2.2.4	Aplicação ao contrato de <i>factoring</i>	113
2.3	Adequação dos títulos de crédito à operação de <i>factoring</i> ..	121
2.3.1	Letra de câmbio.....	123
2.3.2	Duplicata.....	124
2.3.3	Conhecimento de transporte.....	125
2.3.4	Conhecimento de depósito.....	125
2.3.5	<i>Warrant</i>	126
2.3.6	Nota promissória.....	126
2.3.7	Nota promissória rural.....	127
2.3.8	Cheque.....	127
2.3.8.1	O art. 25 da Lei n. 7.357/85 nos títulos utilizados em <i>factoring</i>	128
2.3.8.2	Do cheque em ação monitória sem a demonstração da origem do crédito.....	131
2.4	Da transmissão do crédito ao faturizador.....	132
2.4.1	Indeterminação pessoal da obrigação.....	135
2.4.2	Ambulatoriedade obrigacional: a obrigação como objeto de tráfego jurídico.....	136
2.4.3	Sub-rogação convencional no <i>conventional factoring</i> e no <i>maturity factoring</i>	137
2.4.4	Cessão de crédito, promessa de garantia e endosso no <i>maturity factoring</i>	139
2.4.4.1	Aplicabilidade do endosso.....	140
2.4.4.2	Aplicabilidade da cessão de crédito.....	147
2.4.4.3	Garantias do faturizador: generalidades..	155
2.4.4.3.1	Vícios do crédito.....	166
2.4.4.3.2	Vícios do título.....	170
2.4.4.3.3	Responsabilidade do faturizado pela existência da relação jurídica.....	172
2.4.4.3.4	Responsabilidade do faturizado pela má-fé na transmissão.....	175
2.4.4.3.5	Níveis de eficácia da cessão de crédito e efetividade do contrato de fomento mercantil.....	178

CAPÍTULO 3 – CONTORNOS DA LIBERDADE DE CONTRATAR NO FACTORING: A AGRESSÃO À PROIBIDADE COMO ELEMENTO DE ANIQUILAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO DE FACTORING.....	185
3.1 Autonomia privada de contratação e a supremacia da ordem pública e a questão da causa e motivo como limite à liberdade de contratar.....	185
3.2 Obrigatoriedade contratual.....	198
3.2.1 Obrigatoriedade estrita do contrato.....	198
3.2.2 Exceção do contrato não cumprido, cláusula <i>solve et repete</i> e teoria do adimplemento substancial do contrato.....	199
3.2.3 Intangibilidade contratual.....	204
3.3. A vedação ao abuso de direito na relação contratual de <i>factoring</i> como elemento da construção da função social do contrato.....	205
3.3.1 Da finalidade econômica adequada.....	217
3.3.2 Dos convenientes fins sociais.....	219
3.3.3 Limites da boa-fé e dos bons costumes.....	220
3.3.4 Abuso de direito e as figuras parcelares da boa-fé...	223
3.3.4.1 <i>Venire contra factum proprium</i>	223
3.3.4.2 <i>Surrectio</i>	225
3.3.4.3 <i>Supressio</i>	227
3.3.4.4 <i>Tu quoque</i>	227
3.3.4.5 <i>Exceptio doli</i>	228
3.4. Consensualismo na relação contratual de <i>factoring</i>	228
3.5 Da responsabilidade civil pelo abuso de direito na relação de <i>factoring</i>	229
3.5.1 A culpa na conduta geradora de responsabilidade...	232
3.5.2 O dano.....	236
3.5.3 Do nexo de causalidade e o dever de indenizar....	240
3.5.4 Da indenização por abuso de direito no contrato de <i>factoring</i>	245
CAPÍTULO 4 – O FACTORING E SUAS MÚLTIPLAS FUNÇÕES SOCIOEMPRESARIAIS: IMPULSO E REALIZAÇÃO DA SUA FUNÇÃO SOCIOECONÔMICA.....	249
4.1 O <i>factoring</i> como instrumento de fomento mercantil e sua importância para a economia.....	250
4.2 Análise de risco creditório.....	256
4.3 Fornecimento de recursos para “capital de giro”: o ciclo operacional e a obtenção de recursos pelo <i>factoring</i>	261
4.3.1 O ciclo operacional e a obtenção de recursos pelo <i>factoring</i>	264

4.4	Serviços de cobrança	267
4.5	Gestão de contas a receber	269
4.6	Seleção de clientes por meio do <i>factoring</i>	271
4.7	Atuação colaborativa do <i>factoring</i> na recuperação financeira empresarial.....	271
CAPÍTULO 5 – A ABUSIVIDADE DA COBRANÇA NA RELAÇÃO DE FACTORING.....		273
5.1	A composição da remuneração da faturizadora e a função social do contrato de <i>factoring</i>	273
5.1.1	O <i>ad valorem</i>	275
5.1.2	O fator.....	276
5.1.3	Fator geral de deságio.....	277
5.2	Da abusividade da cobrança do fator geral de deságio....	279
5.2.1	Abusividade na cobrança do <i>ad valorem</i>	280
5.2.2	Abusividade da cobrança do fator.....	282
5.2.3	Da relação entre abusividade e usura.....	289
5.2.4	Da revisão do contrato por abusividade da remuneração	291
5.2.4.1	Da revisão por lesão.....	296
5.2.4.2	Da revisão diante da onerosidade excessiva superveniente	299
5.3	Da tentativa de reparo à abusividade por <i>pacto novativo</i> e suas consequências.....	308
CAPÍTULO 6 – DO PROJETO DE LEI N. 13/2007		311
6.1	A evolução do projeto de lei sobre o <i>factoring</i>	311
6.2	Da adequação do projeto de lei à proposta de uma função social do contrato de <i>factoring</i>	314
6.3	Da terminologia.....	316
6.4	Do objeto.....	317
6.5	Da remuneração do faturizador.....	319
6.6	Da faculdade de escolha dos títulos.....	319
6.7	Dos registros históricos da operação de <i>factoring</i>	320
6.8	Das formalidades do contrato e da garantia do faturizador.....	320
6.9	Quanto às sociedades e à administração das sociedades de <i>factoring</i>	321
CONCLUSÃO.....		323
REFERÊNCIAS.....		333